

Política de acesso legal a um crack gratuito e livre de contaminantes

De tempos em tempos os governos da cidade e do estado de São Paulo brindam a população com um novo plano, não raro mirabolante, para pretensamente resolver a questão da Cracolândia.

As experiências evocam à perfeição a frase do jornalista americano H. L. Mencken (1880-1956): "para ste sempre uma solução simples, elegante e completamente errada".



Trilhando um caminho diferente, em 2014 a então gestão municipal, do

prefeito Fernando Haddad (PT), inspirada no modelo *Housing First*, que teve origem no início dos anos 1990 em Nova York, e que tem como princípio básico a garantia, em primeiro lugar e sem condicionantes ligados à abstinência no consumo de substâncias ou à adesão a tratamentos, de uma moradia para aqueles que se encontram em situação de rua, deu início à política pública nominada "De Braços Abertos", que buscou integrar diversas secretarias municipais com vistas a oferecer moradia, alimentação, trabalho e renda, com reforço no atendimento em saúde e assistência social no território, na linha de um projeto de redução de danos direcionado a proporcionar autonomia ao indivíduo.

Ao contrário de tentativas frustradas ou mesmo desastrosas que vieram antes e depois do desmonte do programa, a ideia de oferecer uma moradia e suporte abrangente a pessoas em situação de vulnerabilidade encontra respaldo em diversos estudos que apontam índices significativamente melhores de permanência sob um teto em comparação a outros serviços de acolhimento (Johnson, G., Parkinson, S., and Parsell, C. (2012) *Policy shift or program drift? Implementing Housing First in Australia*, AHURI Final Report nº 184, Australian Housing and Urban Research Institute Limited, Melbourne, <https://www.ahuri.edu.au/research/final-reports/184>, p. 8).

Evidentemente, este texto não tem qualquer pretensão de apresentar a política pública certa para o enfrentamento das complexas demandas que há décadas desafiam as autoridades públicas no território da Cracolândia.

Mas para além de lançar o olhar para a tentativa que melhor compreendeu o tamanho do desafio e apresentou respostas calcadas em evidências e amparo científico, na contramão de projetos simplistas, equivocados e de apelo punitivo e repressor, almeja-se instigar a reflexão a respeito de novos possíveis caminhos, que resgatem a promoção de direitos básicos, com especial destaque à autonomia do indivíduo, oferecendo moradia e oportunidade de trabalho, atendimento adequado de saúde e das demais demandas de assistência social, oportunizando o restabelecimento e reforço dos laços familiares e comunitários, numa perspectiva de redução de danos, não moralizante e não violenta.

Para tanto, não é preciso reinventar a roda.

No monumental *Na Fissura: uma história do fracasso no combate às drogas* (tradução de Hermano Brandes de Freiras. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 240-257), o jornalista Johann Hari nos apresenta a história das clínicas de heroína da Suíça, um programa que veio na esteira da política de prevenção ao HIV, que contemplava o fornecimento de agulhas a usuários, os acolhia em locais para o uso seguro e oferecia metadona como alternativa.

Inspirados por um experimento ocorrido na Inglaterra, em Liverpool, os suíços construíram o projeto de clínicas de heroína, que são locais nos quais usuários podem receber prescrição da substância e lá fazerem uso seguro.

Um aspecto muito interessante apresentado pelo autor diz respeito à subcultura do uso da heroína — o que se aplica, evidentemente, também ao crack nos territórios degradados de grandes cidades brasileiras.

Fernanda Carvalho/Fotos Públicas



Cracolândia na região central de São Paulo
Fernanda Carvalho/Fotos Públicas

Ainda que haja muito sofrimento envolvido, estar imerso na vivência de rua, tendo como objetivo diário arrumar dinheiro para a próxima picada ou pedra, não deixa de trazer certa empolgação para a vida de muitos usuários, ao passo que ter a possibilidade de acesso prescrito e gratuito a substância com grau de pureza determinado e livre de contaminantes abre a possibilidade do indivíduo, devidamente amparado por políticas de saúde e assistência, experimentar propósitos de vida já há muito perdidos.

Desafiando certo senso comum, oferecer heroína legal e gratuitamente a usuários não os dá motivo para permanecerem indefinidamente adictos.

Se, inicialmente, o acesso fácil à substância leva a um aumento momentâneo no consumo, após certo período há uma esperada estabilização e, em seguida, uma diminuição para a maioria dos usuários.

"O fornecimento legal de drogas não é uma alternativa a parar com o uso. Para muitas pessoas, é uma etapa no processo de parar", sustenta o autor.

E durante tal etapa, não faltam exemplos de pessoas que deixaram para trás a vida nas ruas e passaram a se reinserir funcionalmente na sociedade.

Em média, os participantes permanecem no programa por três anos, sendo que após esse período apenas 15% mantiveram um uso diário.

"Depois que as clínicas abriram, os suíços notaram uma coisa. Os parques e as estações ferroviárias que antes estavam cheios de dependentes se esvaziaram. As crianças voltaram novamente a frequentar os parques. Com as receitas de heroína, 55% menos veículos são roubados e há 80% menos assaltos. A queda nos índices de criminalidade foi 'quase imediata', mostrou um estudo detalhado."

Se em 1985 o índice de contaminação por HIV causada pelo uso de drogas era de 68%, em 2009 passou para meros 5%; as mortes caíram absurdamente, ao passo que a empregabilidade triplicou.

Como aponta o autor, não se trata de simplesmente consagrar uma política liberal quanto ao consumo de drogas.

A perspectiva é diferente. Há um problema social grave e complexo a ser enfrentado e há opções erradas, que nos fazem ficar presos à ineficiência, perpetuando e ampliando a degradação de áreas cada vez maiores das cidades, e há alternativa a isso que apresenta resultados positivos – e se para tanto é preciso superar ideias arraigadas moldadas na lógica da abstenção total e na imperiosidade da repressão, é o preço a ser pago pelos conservadores para alcançarem sucesso no enfrentamento do problema.

Até mesmo sob o prisma econômico, a experiência suíça demonstra que se gasta mais com a repressão aos usuários do que com o programa das clínicas.

Os que insistem no fracasso e no desrespeito aos Direitos Humanos sempre têm pronta a famigerada sentença "aqui não é a Suíça".

Há uma parcela de acerto nisso. É equivocada a simples importação de experiências exitosas estrangeiras sem um olhar acurado para a nossa realidade.

Para além disso, no entanto, nada impede que nos inspiremos em programas que há décadas apresentam excelentes resultados.



O esforço deve envolver as esferas municipais, estaduais e a federal, além de contar com novo arcabouço legal na política de drogas que permita sairmos desse círculo de violência e fracasso.

Algumas medidas podem ser implementadas resgatando uma política de redução de danos e de assistência integral, com foco na autonomia e no fortalecimento dos laços familiares e comunitários das pessoas vulneráveis do território.

E se em primeiro lugar vem a moradia, contemplados os demais direitos e promovidas as ações acima, que ao lado disso a questão do crack, entre nós, possa ser colocada em adequada perspectiva.

Não é tirando milagrosamente a substância que, em um passe de mágica, o indivíduo superará suas vulnerabilidades e demandas de saúde e sociais.

A chave pode ser colocar a substância em seu devido lugar.

Em interessante trabalho de mestrado defendido na Universidade de São Paulo, Marcel Segalla Bueno Arruda (*A crackolândia muito além do crack* [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem; 2014) destaca, a partir de sua pesquisa, aquilo que já deveria estar fortemente sedimentado como pressuposto de qualquer abordagem pública da questão, que a centralidade do problema na Cracolândia não é o uso de drogas, mas a questão social.

É possível que, na linha de exitosas experiências internacionais de redução de danos, projetos para a Cracolândia — e tantos outros territórios — passem por superar o paradigma de centralidade da droga, admitindo uma específica política de acesso legal a um crack gratuito e livre de contaminantes, para que, retirando o tráfico da equação e superando as práticas de repressão e violência, possam ser abertos caminhos surpreendentes para a melhora da qualidade de vida não apenas dos usuários — que têm a chance de terem suas vidas de volta, com significados, trabalho, relações comunitárias —, mas de toda a população dos territórios afetados, possibilitando a reconfiguração urbana das áreas e colhendo-se resultados hoje impensáveis em termos inclusive de segurança pública.